



O último discurso de Amílcar Cabral: um projeto de Estado binacional para Guiné-Bissau e Cabo Verde (1973)¹

Daniel Precioso

Doutor em História
Universidade Federal Fluminense
daniel.precioso@gmail.com

Recebido em: 09/02/2017

Aprovado em: 18/09/2017

RESUMO: O documento comentado consiste em um pronunciamento realizado por Amílcar Cabral no dia 1º de janeiro de 1973, no qual realiza um balanço da luta de libertação de Guiné-Bissau e Cabo Verde em 1972. Além de trazer informações valiosas para os estudos sobre a descolonização no continente africano, como procuraremos enfatizar, o documento transcrito delinea o projeto de um Estado binacional para Guiné-Bissau e Cabo Verde.

PALAVRAS-CHAVE: Amílcar Cabral, Estado binacional, Guiné-Bissau e Cabo Verde.

KEYWORDS: Amílcar Cabral, Binational State, Guinea-Bissau and Cape Verde.

O nome de Amílcar Cabral (1924-1973) está indissociavelmente relacionado com a libertação de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Morto em uma emboscada feita pelas tropas colonialistas, Cabral não pôde ver se consumar a libertação de Cabo Verde e a construção de um Estado Binacional com Guiné-Bissau. Guineense, filho de cabo-verdianos, Cabral formou-se em agronomia em Lisboa, tendo desempenhado a sua profissão em Guiné-Bissau e Angola até entrar na clandestinidade. Foi liderança principal e fundador, em setembro de 1956, do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Acabou por tornar-se um símbolo da luta pela libertação em África, tendo contribuído para a formação de outros movimentos libertadores, como o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA).²

Os historiadores africanos Joseph Ki-Zerbo, Ali Mazrui, Christophe Wondji e Albert Adu Boahen, observaram que Cabral, “por intermédio da disciplina do marxismo-leninismo, tentou uma integração entre os valores do socialismo e do nacionalismo”³. Apenas essa associação

¹ CABRAL, Amílcar. Mensagem de ano novo de 1973 (último discurso). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RAbQNsQ79dk&t=185s>>. Acesso: 09/02/2017.

² LOPES, Carlos. Amílcar Cabral: uma inspiração para os dias de hoje. In: _____ (org.). **Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral**. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 9.

³ KI-ZERBO, Joseph, MAZRUI, Ali A., WONDJI, Christophe, BOAHEN, Albert Adu. Construção da nação e evolução dos valores políticos. In: MAZRUI, Ali A. (dir.). **História Geral da África - VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 582.



poderia, na visão de Cabral, dar vazão aos anseios políticos populares, abrindo caminho para a criação do poder popular, para o desenvolvimento socioeconômico e para a garantia da justiça social. Tornava-se, contudo, indispensável uma ação política enraizada nos “valores civilizatórios da gente ordinária”,⁴ ou seja, que se dirigisse ao povo com exemplos de sua vida cotidiana – e não através de leituras abstratas das estruturas econômicas. Não à toa, foi chamado de “pedagogo da Revolução”⁵, tendo se preocupado com a criação de um “homem novo” que fosse capaz de viver em uma sociedade socialista. As “Escolas Piloto” criadas pelo PAIGC materializavam esse anseio, contribuindo para a instrução do povo nos valores nacionais e patrióticos. Como observou o sociólogo guineense Carlos Lopes, “Cabral compreendeu que os fundamentos da luta pela libertação nacional eram políticos e, portanto, a vitória só seria possível se os movimentos de libertação conseguissem articular posições políticas, e só depois justificar a ação militar”⁶. Nesse sentido, era fundamental conhecer e lidar com a realidade do povo. O PAIGC adotou o lema “Unidade e Luta”, acionando o dispositivo nacional – possível antídoto para as rivalidades étnicas.

A luta de libertação realizada pelo PAIGC foi a mais bem sucedida entre àquelas promovidas pelos demais movimentos de libertação das ex-colônias portuguesas. Não por acaso, Guiné-Bissau foi a primeira colônia portuguesa a se tornar independente, em 24 de setembro de 1973. Cabo Verde, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe completaram os seus processos de independência apenas em 1975. A maior dimensão que o marxismo-leninismo adquiriu no continente africano se deve, entre outras coisas, aos movimentos de libertação das ex-colônias portuguesas. Embora outras nações africanas já tivessem adotado a perspectiva socialista, o desmantelamento do império português, em 1974, deu novo impulso ao socialismo em África. Angola e Moçambique se declararam abertamente “Estados marxistas-leninistas”. Guiné-Bissau, contudo, apenas flertou, durante certo tempo, com a ideologia de esquerda.⁷ Cabral não era um marxista “ortodoxo”. A fecundidade de seu pensamento político residia em sua premissa de que a nova nação, que pretendia forjar, deveria pensar cada problema concreto a ser resolvido, de modo a encontrar a solução mais conveniente nas condições específicas de sua terra e da sua luta.

O discurso de Amílcar Cabral que transcrevemos a seguir foi proferido nos seus últimos dias de vida e nos anos finais da luta de libertação de Guiné-Bissau e Cabo Verde, quando as

⁴ KI-ZERBO, MAZRUI, WONDJI, BOAHEN. Construção da nação, p. 582.

⁵ PEREIRA, Amílcar Araújo, VITTORIA, Paolo. A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau: Amílcar Cabral e Paulo Freire. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 50, jul.-dez./2012, p. 194.

⁶ LOPES. **Amílcar Cabral**, p. 9.

⁷ _____. Construção da nação, p. 599.



forças portuguesas já haviam perdido muitos territórios (inclusive a capital Bissau) e se encontravam debilitadas. O pronunciamento do líder do PAIGC foi transmitido pela *Rádio Libertação*, responsável pela transmissão dos informes à população guineense. Cabral iniciou seu discurso em tom comemorativo, fazendo referência aos dez anos que a luta armada completava. Lembrando que as tropas de libertação já haviam banido os colonialistas da maior parte do território guineense, Cabral pretendia que 1973 fosse o ano do “golpe de misericórdia” nos inimigos. Conclamava, para tanto, todos os homens das duas colônias a integrarem a luta armada. O líder do PAIGC pretendia a manutenção das áreas retomadas dos portugueses e uma incursão violenta sobre os territórios ainda em posse dos oponentes. A luta dos guineenses e cabo-verdianos, segundo Cabral, deveria passar, assim, a um novo e último patamar.

Muitos informes foram passados por Cabral, que realizou um balanço prévio da luta de libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde. O balanço completo do ano anterior, 1972, seria divulgado posteriormente pela *Rádio Libertação* e “por meio de outros meios de comunicação”. Mais importante do que a apresentação do histórico da luta, o discurso de Cabral, que doravante transcrevemos, é relevante porque nele é apresentado um projeto de nação para um Estado Binacional. No ano de 1972, o PAIGC havia realizado “eleições com voto universal e secreto nas regiões libertadas para a criação dos conselhos regionais e da primeira assembleia geral.” As listas dos candidatos foram elaboradas após oito meses de “debates democráticos”, quando foram selecionados os representantes de cada setor. Reunidos os conselhos regionais eleitos, estes elegeram, por sua vez, entre os seus membros, o representante da Assembleia Nacional Popular, que tinha 120 membros – dos quais oitenta foram eleitos entre as “massas populares” e quarenta entre os “quadros políticos, militares, técnicos, profissionais e outros”⁸.

O discurso de Cabral foi feito em meio à elaboração de uma Constituição para Guiné-Bissau. A Assembleia Nacional Popular era o “órgão supremo” da soberania. Alimentando o seu sonho de união das duas colônias após a concretização da independência, Cabral fazia os votos de que, em um “amanhã” próximo, uma assembleia do mesmo tipo fosse fundada em Cabo Verde, em cujo território deveriam concentrar-se as ações armadas do PAIGC em 1973. As duas assembleias, com a reunião de seus membros, formariam a “Assembleia Suprema” do povo de Guiné-Bissau e Cabo Verde. A criação da assembleia em Guiné-Bissau representava a materialização da independência e o alto grau de “consciência nacional” do povo guineense. O novo desafio era fazer funcionar a assembleia recentemente eleita, tarefa crucial para o novo ano

⁸ CABRAL. Mensagem de ano novo de 1973.



de luta que se iniciava. A “nação africana, forjada na luta”, na visão de Cabral, estava firmemente marchando para a independência. O executivo do Estado seria, sob a direção do PAIGC, “o único, verdadeiro e legítimo representante” do povo guineense e cabo-verdiano⁹.

O tom pan-africanista de Cabral pode ser notado em sua afirmação de que a luta de libertação promovida pelo PAIGC tinha o apoio de todo o povo africano e de todos os antirracistas e anticolonialista (inclusive, na Europa e América). Vale lembrar que a Organização da Unidade Africana (OUA), fundada em 1963, oferecia ajuda aos movimentos de libertação nacional, entre os quais o PAIGC. Embora a OUA tenha obtido poucos resultados efetivos na década de sua criação, na década seguinte acumulou vitórias, sendo exemplares os casos das independências das ex-colônias portuguesas de Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, que também são o reflexo – ou, em uma perspectiva africana, a causa – da Revolução dos Cravos (1974). Na Conferência dos Sete Estados de Governos Africanos, ocorrida em Rabat (Marrocos), assim como em conferências anteriores, o PAIGC havia sido escolhido como representante das lutas de libertação em África. A luta do PAIGC ainda contava com o apoio dos povos vizinhos da Guiné (Cronacri) e Senegal.

A Organização das Nações Unidas (ONU) também apoiava o PAIGC, tendo discursado Cabral em sua vigésima sétima seção. Uma resolução da ONU se pronunciou a favor da independência das colônias portuguesas, encurralando ainda mais o Salazarismo – que contava com a reprovação da própria opinião pública portuguesa. Cabral relembrou que a resolução de 1972 do Comitê de Descolonização da ONU reconhecia o PAIGC, por aclamação, como “único e legítimo representante do povo da Guiné e Cabo Verde”. Uma “resolução histórica” do conselho de segurança da ONU – “pela primeira vez presidido por uma mulher”, a “camarada e guineense Jeanne-Martin Ceci”¹⁰ – condenou o colonialismo português e exigiu do governo de Portugal que cessasse a guerra colonial em África e retirasse as suas tropas de ocupação, de modo a entrar em negociação, o menos tardar, com o PAIGC. Essas conquistas evidenciam a postura diplomática de Cabral, ou o seu “pragmatismo revolucionário”, já que ele conseguiu angariar apoio de países do bloco socialista e capitalista, além de ter sido recebido pelo papa Paulo VI no Vaticano¹¹.

Cabral também fez referência aos planos econômico, social e cultural. Saúde e educação, sobretudo, deveriam ser os carros-chefes no plano social. Pretendia “educar o povo pela

⁹ _____. Mensagem de ano novo de 1973.

¹⁰ _____. Mensagem de ano novo de 1973.

¹¹ PEREIRA, VITTORIA. **A luta pela descolonização**, p. 195.



revolução”, pela luta de libertação, de modo a formar novos quadros para o partido. As “Escolas Piloto”, criadas pelo PAIGC, como já nos referimos, cumpriam esse objetivo de educar o povo, articulando consciência política e patriótica.¹² No plano econômico, Cabral ressaltava a necessidade de um plano de subsistência para os tempos de seca. Felicitava as colheitas exitosas dos anos anteriores, fruto do esforço dos trabalhadores do campo. A esse respeito, projetava a construção dos “Armazéns do Povo”, voltados para o estoque de alimentos para os anos de secas. Relembrava o apoio da União Soviética e dos demais países socialistas, fundamental para o desenvolvimento econômico da futura nação. Os diversos órgãos humanitários – como a UNICEF – também contribuíam com Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Na arrematação do discurso, Cabral advertiu que a guerra de libertação não se dirigia aos portugueses em geral, mas apenas contra as tropas fascistas de Salazar, que teimavam em ocupar a África. Assim como Portugal havia se libertado de Castela e Espanha, Guiné-Bissau e Cabo Verde pretendiam alcançar a sua “própria expressão política nacional”, a sua independência. Cabral estava ciente da contrariedade da opinião pública portuguesa em relação ao colonialismo. Para Cabral, a vitória era certa, “pois nada poderia parar a marcha da História”¹³. Porém, Cabral foi brutalmente assassinado em Guiné-Cronacri pelas tropas repressoras. Não pôde, portanto, assistir à consumação da independência e à formação do Estado de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Coube a seu meio irmão, Luís de Almeida Cabral, dar continuidade à luta e à instalação de um regime singular, tornando-se o primeiro presidente de duas nações governadas por um único partido.

Com a morte de Cabral, o projeto socialista de um poder popular não encontrou campo fecundo para florescer. O projeto de uma nação unificada sobreviveu por uma década após a independência, terminando com um golpe de Estado, ocorrido em 1980, conhecido como Movimento Reajustador.¹⁴ Os guineenses – de cujo grupo majoritariamente saíam os quadros militares – se viam aliados dos cargos políticos e administrativos, que eram ocupados pelos cabo-verdianos. Estes eram os que mais frequentemente possuíam curso superior e experiência prévia, tendo alguns deles servido – na condição de “assimilados” – como agentes do regime colonialista. Guiné-Bissau e Cabo Verde, apesar da proximidade geográfica e da luta comum de libertação,

¹² _____. **A luta pela descolonização**, p. 198.

¹³ CABRAL. Mensagem de ano novo de 1973.

¹⁴ O chamado Movimento Reajustador consistiu em um golpe de Estado ocorrido em 14 de novembro de 1980, sob a liderança do 1º ministro, “Nino”, que derrubou o presidente Luís Cabral e o governo composto por maioria cabo-verdiana. Deu-se o fim do projeto de unificação, desvinculando-se os dirigentes políticos cabo-verdianos do PAIGC ao fundarem o PAICV (Partido Africano para a Independência de Cabo Verde). CASSAMA, Daniel Júlio Lopes Soares. **Amílcar Cabral e a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde**. Araraquara: Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em História, Araraquara, 2014.



possuíam formações sociais e identitárias distintas. Enquanto em Guiné-Bissau predominavam as rivalidades étnicas, em Cabo Verde sobressaía uma identidade mestiça.

À chegada dos portugueses, no século XV, Cabo Verde era um grupo de ilhas inabitadas. Os colonizadores portugueses transportaram escravos – em sua maioria, guineenses – para os dois conjuntos de ilhas. Como observou o historiador cabo-verdiano António Leão Correa e Silva, essa composição social levou a um intenso processo de miscigenação, a respeito (não seria à semelhança) do que ocorreu no Brasil.¹⁵ O próprio tratamento dado por Salazar diferia de colônia para colônia africana. A política de assimilação – copiada dos franceses – previa diferentes formas de tratamento. De acordo com Miguel Vale de Almeida, enquanto os cabo-verdianos e são-tomenses eram vistos como intermediários “assimilados”, os guineenses, angolanos e moçambicanos eram tidos como indígenas “não civilizados”. Assim, os assimilados de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe compunham uma camada intermediária entre os colonialistas portugueses e os “indígenas”¹⁶.

No discurso colonial, Cabo Verde era uma continuidade de Portugal, sendo os seus habitantes assimilados – em teoria, “cidadãos portugueses”, embora, na prática, desfrutassem de uma cidadania que, na melhor das hipóteses, era de segunda categoria. Essa diferenciação de Cabo Verde perante a Guiné Portuguesa se dava em virtude da sua localização estratégica, de suas circunstâncias históricas de ocupação e do seu papel na formação de mão-de-obra qualificada para as demais colônias. Essa suposta cooperação dos cabo-verdianos com o regime colonial fomentou uma rivalidade com os angolanos, moçambicanos e, principalmente, guineenses.¹⁷ A imagem do líder do PAIGC, nascido em Guiné-Bissau mas filho de cabo-verdianos, servia, assim, como um elo entre as duas ex-colônias portuguesas. Da mesma maneira que adotava como suas as duas nações, Cabral não via motivos para que elas não tivessem os seus destinos nacionais entrelaçados, haja vista a proximidade geográfica e o passado colonial comum.

Apesar das “divergências e distinções” entre as duas ex-colônias e os “conflitos entre suas elites no poder”¹⁸, durante os dez primeiros anos pós-independência, as nações da Guiné-Bissau e

¹⁵ CORREA E SILVA, António Leão. **Combates pela história**. Praia: Spleen, 2004. A comparação com o Brasil não é fortuita, pois muitos intelectuais cabo-verdianos se espelharam na obra de Gilberto Freyre para defender a identidade mestiça de sua pátria. MOURÃO, Daniele Ellery. Guiné-Bissau e Cabo Verde: identidades e nacionalidades em construção. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 83-101, jan.-abr. 2009.

¹⁶ ALMEIDA, Miguel Vale de. O projeto crioulo. Cabo Verde, colonialismo e criouldade. In: _____. **Outros destinos: ensaios de antropologia e cidadania**. Porto: Campo das Letras, 2004, p. 255-319.

¹⁷ HERNANDEZ, Leila Leite. **Os filhos da terra do Sol: a formação do Estado-Nação em Cabo Verde**. São Paulo: Selo Negro, 2002.

¹⁸ MOURÃO. **Guiné-Bissau e Cabo Verde**.



Cabo Verde foram governadas por um único partido – o PAIGC.¹⁹ Com o Movimento Reajustador de 1980, o PAIGC deixa de governar as duas nações. Hinos e bandeiras próprias são confeccionados em Guiné-Bissau.²⁰ Era o fim do projeto de Cabral de união do país com Cabo Verde. Durante os anos 1990, o problema da “etnização da política” – uma das principais mazelas das nações africanas no pós-independência²¹ – instalou-se no coração da política guineense. Desde a independência foram estabelecidas hierarquias entre as etnias de Guiné-Bissau, mas a partir da década de 1990 essas dissensões invadiram em cheio o terreno político. A etnia balanta, majoritária no país e nas forças armadas, iniciou um processo de criação de uma fronteira étnica para com os fulas, mandingas, manjacos e papeis, ao qual podemos chamar de “balantização”²². Essa situação de tensão ocasionou a guerra civil de 1998. Desde então, Guiné-Bissau enfrenta graves crises econômicas e golpes de Estado.

Transcrição

Camaradas e compatriotas,

Neste momento, em que começamos um novo ano de vida e de luta, o nosso combate pela independência do nosso povo africano completa dez anos, devo lembrar a todos – militantes, combatentes, responsáveis dirigentes do nosso grande partido – que a hora é de ação, e não de palavras. Ação cada dia mais vigorosa e mais eficaz na Guiné para impingir maiores derrotas aos colonialistas portugueses e tirar-lhes todas as pretensões tão criminosas como vãs de reconquistar a nossa terra. Ação cada dia mais envolvida e organizada em Cabo Verde para passar a luta a uma fase nova, de acordo com as aspirações de nosso povo e os imperativos da libertação total da nossa pátria africana.

Devo, no entanto, respeitar a tradição para vos dirigir algumas palavras. Nesta hora em que todos os seres humanos são os que querem a paz, a liberdade e a felicidade para todos os homens, renovam as esperanças e a certeza de uma vida melhor para a humanidade, e na dignidade, na independência e no progresso verdadeiro de todos os povos. Como todos sabem,

¹⁹ O unipartidarismo consistia em uma das teses principais de Cabral, sendo, a seu ver, um meio necessário para criar o poder popular e garantir a união dos dois países. O unipartidarismo, na visão de Cabral, não redundava em uma decadência dos valores democráticos, como sugeriram KI-ZERBO, et.al.. *Construção da nação*, p. 565-602.

²⁰ DOWBOR, Ladislau. **Guiné-Bissau. A busca da independência econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 9.

²¹ KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?: entrevista com René Holenstein**. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

²² MOURÃO. **Guiné-Bissau e Cabo Verde**. “O processo de ‘balantização’ iniciou-se por parte de um membro da etnia balanta, Kumba Yalá, que para chegar ao poder fez sua campanha política presidencial, no ano de 1999, pautada na valorização de símbolos de sua etnia, e no valor dessa em detrimento das demais”. _____. **Guiné-Bissau e Cabo Verde**.



realizamos no ano findo as eleições gerais nas regiões libertadas, com voto universal e secreto, para a criação dos conselhos regionais e da primeira assembléia nacional da história do nosso povo. Em todos os setores de todas as regiões, as eleições decorreram num ambiente de grande entusiasmo por parte da população. Os eleitores votaram em massa pelas listas que haviam sido elaboradas, depois de oito meses de debates públicos e democráticos, em que foram selecionados os representantes de cada setor. Reunidos os conselhos regionais de eleitos, estes elegeram, por sua vez, entre os seus membros, os representantes da assembléia geral popular. Esta terá 120 membros, dos quais 80 foram eleitos entre as massas populares e 40 entre os quadros políticos, militares, técnicos, profissionais e outros do partido. Como sabem, os representantes dos setores ocupados temporariamente pelos colonialistas foram escolhidos a título provisório.

Hoje, o nosso povo africano da Guiné dispõe, pois, de mais um órgão de soberania, a assembléia nacional popular. Esta será, de acordo com a constituição que estamos a elaborar, o órgão supremo da soberania do nosso povo na Guiné. Amanhã, com o desenvolvimento certo de luta, criaremos também a primeira assembléia nacional popular em Cabo Verde. E a reunião conjunta dos membros desses dois órgãos formará a assembléia suprema do povo da Guiné e Cabo Verde. A criação da primeira assembléia nacional popular na Guiné é uma vitória transcendente de luta difícil, mas gloriosa, de nosso povo pela independência. Ela abre perspectivas novas para o avanço de nossa ação política e militar. É o resultado dos esforços e sacrifícios consentidos pelo nosso povo nesses dez anos de luta armada. É uma prova concreta de soberania de nosso povo e do seu elevado grau de consciência nacional e patriota.

Quero, pois, neste momento, endereçar as minhas felicitações calorosas ao nosso povo. A todos os eleitores e eleitoras, que, como mulheres e homens conscientes, souberam cumprir tão dignamente os seus deveres de cidadão livres da nossa nação africana. A todos os militantes, responsáveis dirigentes que nas comissões eleitorais, ou noutros setores de atividade, deram a sua melhor contribuição. Por ouvir-se dessa realização, ficará na história da nossa terra. Solicito com igual entusiasmo os valorosos combatentes de nossas forças armadas, que pela sua ação corajosa criaram em todos os setores a segurança necessária à realização das eleições, apesar de todas as tentativas criminosas do inimigo colonialista no sentido de evitar que elas se realizassem. Mas, uma assembléia nacional, como qualquer órgão de qualquer corpo vivo, deve poder funcionar para valer a sua existência. Temos, por isso, uma tarefa maior a cumprir no quadro da nossa luta nesse novo ano de 1973. Devemos fazer funcionar a nossa assembléia nacional popular, e vamos fazê-lo para realizar completamente as decisões tomadas pelo nosso grande partido na reunião do



conselho superior de luta de agosto de 71, decisões que foram entusiasticamente apoiadas pelo povo.

Vamos, no decurso deste ano, e tão cedo quanto seja possível e conveniente, reunir a assembléia nacional popular na Guiné para que ela cumpra a primeira missão histórica a que lhe compete, a proclamação da existência do nosso Estado, a criação do executivo para esse Estado e a promulgação de uma lei fundamental, a da primeira constituição de nossa história, a qual será a base da existência ativa da nossa nação africana. Quer dizer, os representantes legítimos e primeiros que foram escolhidos pelas populações, eleitos livremente por cidadãos conscientes e patriotas da nossa terra, vão proceder ao ato mais importante da sua vida e da vida do nosso povo: o de afirmar perante o mundo que a nossa nação africana, forjada na luta, está irreversivelmente decidida a marchar para a independência, sem esperar pelo consentimento dos colonialistas portugueses. E que, a partir desse modo, o executivo do nosso Estado terá, sob a direção do nosso partido, o PAIGC, o único, verdadeiro e legítimo representante do nosso povo em todos os programas nacionais e internacionais que lhe dizem respeito.

A situação da colônia que dispõe de um movimento de libertação, e cujo povo já libertou em dez anos de luta armada a maior parte do seu território nacional, vamos passar à situação de um país que dispõe do seu Estado de que tem uma parte do seu território nacional ocupada por forças armadas estrangeiras. Esta mudança radical na situação da nossa terra corresponde à realidade concreta da vida de luta do nosso povo da Guiné, baseia-se nos resultados concretos da nossa luta e tem o firme apoio de todos os países e governos africanos e de todas as forças anticolonialistas e antiracistas do mundo. Ela corresponde também aos princípios da Carta das Nações Unidas e às resoluções adotadas por essa organização internacional, nomeadamente na sua vigésima sétima seção. Nada, nenhuma ação criminoso ou manobra ilusionista dos colonialistas portugueses poderá evitar que o nosso povo africano, dono do seu próprio destino e consciente dos seus direitos e deveres, dê esse passo transcendente e decisivo para a realização do objetivo fundamental da nossa luta: a conquista da independência nacional e a construção, na paz e na dignidade reconquistadas, do seu progresso verdadeiro, sob a direção exclusiva dos seus próprios filhos e sob a bandeira gloriosa do nosso partido.

A importância transcendente da formação da assembléia nacional popular e da proclamação do Estado na Guiné e da criação dos órgãos executivos correspondentes, os quais não serão provisórios nem viverão no exílio, implica necessariamente muito maior responsabilidade para o nosso povo e, em particular, para os militantes, combatentes,



responsáveis e dirigentes do nosso partido. A essas iniciativas históricas exigem de nós todos mais esforços e sacrifícios cotidianos, mais pensamento para agir melhor, mais atividade para melhor pensar. Pensar cada problema concreto que temos a resolver, de modo a encontrar para ele a solução mais conveniente nas condições específicas de nossa terra e da nossa luta. Elas exigem que intensifiquemos e desenvolvamos a nossa ação política e militar na Guiné, sem descuidar das importantes atividades que temos desenvolvido nos campos econômico, social e cultural. Elas exigem que façamos com êxito os esforços necessários para o avanço da luta política em Cabo Verde, para que o nosso povo das ilhas passe o mais breve possível a uma ação direta sistemática contra os criminosos colonialistas portugueses.

Nessa perspectiva, não podemos esquecer nem um só momento que estamos em guerra e que o inimigo principal do nosso povo e da África, os colonialistas fascistas portugueses alimentam ainda com o sacrifício e a miséria do seu povo e por meio de manobras as mais pérfidas e de atos os mais bárbaros a criminosa intenção e a vã esperança de destruir o nosso partido, aniquilar a nossa luta e recolonizar o nosso povo. Por isso, a maior parte da nossa atenção e das nossas energias e dos nossos esforços deve ser dedicada à luta armada, à guerra, à ação completa das nossas forças armadas tanto nacionais como locais. Por isso, devemos no decurso de 1973, pôr todas as nossas capacidades e possibilidades humanas e materiais em ação para intensificar ainda mais a luta em todas as frentes para tirar o maior rendimento dos homens, das armas e da experiência de que dispomos para dar golpes mais duros ao inimigo colonialista, aniquilando o maior número das suas forças vivas. Porque a história das guerras coloniais e a nossa experiência de dez anos de luta nos ensinam que os agressores colonialistas e, muito particularmente, os repressores colonialistas portugueses só compreendem uma linguagem: a da força. Só medem uma realidade: o número de cadáveres. É verdade que, em 1972, impingimos grandes derrotadas e perdas muito importantes aos criminosos e agressores colonialistas portugueses. Dentro de alguns dias, os nossos serviços de informação tornarão público o balanço da nossa ação no ano findo, o qual será amplamente divulgado pela nossa emissora, Rádio Libertação, e por outros meios de informação.

Mas devemos reconhecer que o inimigo, dispondo de mais aviões e helicópteros, que lhes são fornecidos por seus aliados a nato, aumentou significativamente o comportamento dos assaltos colonialistas contra nossas regiões libertadas, tentou e está tentando criar situações difíceis com os seus planos de reocupação de algumas localidades dentro dessas regiões. Mas devemos, sobretudo, reconhecer que, com os homens, as armas e a experiência de que dispomos, poderíamos e deveríamos ter feito mais e melhor. E isso é o que devemos fazer. Devemos fazer,



com certeza, em 1973, tanto mais que vamos utilizar em todas as frentes armas e outros meios de guerra mais poderosos ainda. Com base em maior número de quadros e combatentes mais preparados e com maior experiência, vamos utilizar com maior eficácia todos os meios de que dispomos e de que vamos dispor para dar golpes decisivos e mortais aos criminosos agressores colonialistas portugueses.

Ao mesmo tempo em que intensificamos a ação armada em todas as frentes, devemos ser capazes de evolver a nossa ação a retaguarda do inimigo, no coração do inimigo, lá onde eles se sentem mais seguros. Solicito, aqui, dos corajosos militantes que, com a sua ação decidida, deram no ano findo alguns golpes importantes ao inimigo, particularmente em Bissau, Bafatá e Bula. Mas chamo a atenção de todos para a necessidade de desenvolver e intensificar esse tipo de ação. Chegou, na realidade, a hora de, com base numa organização clandestina, eficaz e sólida, destruir o maior número possível de meios humanos e materiais dos criminosos agressores colonialistas portugueses nos centros urbanos de nossa terra. Na realidade, nós enfrentamos um inimigo bárbaro, que não tem o menor escrúpulo nas suas ações criminosas, que usa todos os meios para tentar destruir-nos onde quer que nos encontrem. Por isso, em que lutamos em nossa terra pelos direitos sagrados de nosso povo a independência, a paz e o progresso verdadeiro, devemos nesse momento decisivo dar ao inimigo colonialista, racista, a ele, aos seus agentes e aos seus meios, golpes demolidores onde quer que se encontrem. A esta é uma tarefa urgente apesar de dedicar-se com maior atenção todos os responsáveis e militantes deste setor de luta e, muito especialmente, os camaradas que, com coragem e decisão, militam nos centros urbanos e em áreas ainda ocupadas pelos inimigos.

Quero me referir, aqui, a um problema importante da guerra colonial que enfrentamos: as grandes tentativas que o inimigo tem feito para ocupar ou voltar a ocupar alguns locais de nossas regiões libertadas. Lembro aos camaradas do partido e ao nosso povo que estas tentativas, tenham ou não êxito, são próprias das guerras coloniais e, como comportamentos, os assaltos terroristas fazem necessariamente parte da ação do agressor colonialista, sobretudo quando as formas patriotas libertaram já a maior parte do território nacional, como é o nosso caso. Deveríamos, pois, encarar esse problema com realismo e dar-lhe o justo valor que tem no quadro geral de nossa luta sem desdenhar nem diminuir a sua importância. Como sabem os camaradas e, sobretudo, os dirigentes responsáveis do partido, o agressor colonialista enfrenta no quadro da sua guerra colonial uma contradição principal, sem solução, na qual se debate durante toda a guerra. É a seguinte contradição: para ter a sensação de que domina o território, ele é obrigado a dispersar as suas tropas, levando-as a ocupar o maior número de localidades possível. Mas,



dispersando as suas tropas, ele fica mais fraco. E, assim, as forças patrióticas, concentradas, podem dar os golpes mais duros e mortais. Então, ele é obrigado a retirar-se para concentrar as suas tropas, para tentar evitar grandes perdas em vidas humanas, para melhor resistir ao avanço das forças nacionalistas contra as quais pretende ganhar tempo. Mas, concentrando as suas tropas, deixa sem a sua presença militar e política vastas áreas do país que são organizadas e administradas pelas forças patrióticas.

Na fase atual da nossa luta e da guerra colonial portuguesa, o inimigo, cego pelo desespero e pelas derrotas que sofreu e sofre tanto na nossa terra como no plano internacional, está a tentar vãmente, é certo, fazer o rio Corubal voltar ao Futa Djalon, em vez de correr para o Geba e para o mar. Essa tentativa, como na de enganar o nosso povo com a miragem do mar Guiné melhor à portuguesa, como é de fazer os africanos baterem as contas africanas, está condenada ao fracasso. Não poderá libertar-se da contradição principal da suja guerra colonial. Para nós, o que importa, com base no conhecimento da estratégia a que o inimigo é forçado pelas vias objetivas da guerra colonial, não é preocuparmos muito porque o inimigo quer instalar-se em Gampará, em Gabu-chan, em Cadique, ou outras localidades. O que importa é, por um lado, levarmos para frente os nossos próprios planos de luta e, por outro, fazermos tudo para liquidar o maior número possível de forças vivas do inimigo quando se instala ou se move para instalar em qualquer localidade de nossas regiões habitadas. O que importa é dar-lhes golpes duros, não deixá-los suicidar. Fazer do ponto ocupado um cemitério para as suas tropas até obrigá-lo a retirar-se, como fizemos em Balena, Gandembel e, mais recentemente, na Tabanca Nova-Guiné-Bissau. Isso devemos fazer, podemos fazer de certeza em qualquer parte de nossas regiões habitadas de que o inimigo ocupa. Isso temos também de fazer nos seus quartéis e campos fortificados ainda existentes no nosso país. Naturalmente, teremos que continuar, em 1973, a intensificar o trabalho político no seio das massas populares tanto nas regiões libertadas quanto nas regiões ocupadas de Guiné e Cabo Verde.

Sem diminuir em nada o valor do trabalho já realizado nesse domínio, que conduziu à falência de tão mentirosa quanto apregoada política de Guiné maior, devemos reconhecer que alguns setores, senão regiões, quando a ação política ainda é deficiente. Teremos no decurso deste ano de fazer todos os esforços necessários para melhorar a nossa ação neste setor, pois como saber seja qual for a importância de nossa ação armada, a nossa luta é fundamentalmente uma luta política que visa um objetivo político concreto: a independência e o progresso de nossa terra.



Felicitando os camaradas que, na Guiné e Cabo Verde, lideraram muito trabalho político no ano findo, encorajo todos a redobrar esforços para consolidar e desenvolver as conquistas políticas do partido e da luta para elevar, cada dia mais, a consciência política e o posto ativo da massa popular, dos militantes e dos combatentes. Para reforçar o olhar administrativo de nosso povo, base silenciar do sucesso de nossa luta. Para, no domínio da segurança e do controle, reforçarem a vigilância contra o inimigo e seus agentes, contra todos aqueles que, por oportunismo, ambição, fraquezas morais ao servilismo, na relação ao inimigo possam tentar destruir o nosso partido e, portanto, a luta justa do nosso povo pela independência.

Em Cabo Verde, os acontecimentos de setembro de 1972, que constituíram o primeiro choque entre as populações do arquipélago e as forças da repressão colonialista vieram dar mais uma prova do nível de tensão em que se encontra aí a situação política. Ao felicitar os patriotas da Praia de Santiago, que agiram com coragem e decisão perante a provocação dos colonialistas e dos seus agentes, encorajo-os a melhorar cada dia a organização clandestina, a agir com segurança e sempre manter o inimigo, liquidar os quadros nacionalistas e a preparem-se por todos os meios ao seu alcance para a fase nova da nossa luta no arquipélago que exigem a teimosia criminosa dos colonialistas portugueses. Reafirmo que a direção do partido está mais do que nunca a fazer tudo o que é possível para o avanço da luta em Cabo Verde. Tendo em conta os progressos já feitos nas ilhas e a complexidade dos problemas específicos a resolver, torna-se necessária e urgente, em meu entender, uma modificação realista na estrutura de organização do partido para dar a alguns camaradas a possibilidade de duplicarem toda a sua atenção ao desenvolvimento da luta em Cabo Verde. A modificação será proposta na próxima reunião da direção do partido.

Ainda no plano político, chamo a atenção dos camaradas para a diversidade de problemas novos que temos de estudar e resolver de maneira adequada, os quais resultam das novas perspectivas de desenvolvimento da luta que serão abertas pela proclamação do Estado na Guiné. No interior, melhoria e desenvolvimento dos serviços administrativos, criação de organismos de controle das nossas atividades, novo recenseamento da população, identificação de todos os elementos que a formam, etc. E, no exterior, organização, controle e proteção dos cidadãos emigrados. Sua identificação com correspondente, distribuição de passaporte. Mobilização de jovens residentes no estrangeiro para a luta, etc. Sem falar dos tipos das relações a estabelecer no plano internacional. São, é certo, problemas novos, mas muito importantes, que devemos dar aprofundamento e resolver a tempo. As preocupações com a guerra e com o trabalho político não devem, no entanto, fazer-nos esquecer ou, ao menos, subestimar a importância das nossas atividades nos planos econômico, social e cultural. Fundamento da vida nova, estamos criando



em nossas regiões libertadas. Devemos todos, mas principalmente os quadros especializados nesses assuntos, dar a melhor atenção aos problemas da economia, da saúde, da assistência social, da educação e da cultura para melhorar o nosso trabalho de maneira significativa e estarmos aptos a resolver os grandes problemas que teremos que enfrentar com a nova situação que a luta está criando.

Nesta perspectiva, temos desde já de encarar com determinação e afinco os problemas maiores de melhoria do abastecimento e das condições de vida das nossas populações, dos impostos e da fiscalidade, da vida financeira nova que devemos estabelecer, da moeda que teremos de usar e etc., assim como do tipo de assistência social que desenvolveremos com base na experiência já vivida, da escolarização e da formação de mais quadros para reconstrução nacional e para construção do progresso do nosso povo. Tantos problemas novos, qual deles o mais complexo, mas também o mais exaltante, e que teremos que ser capazes de resolver, ao mesmo tempo em que intensificamos e melhoramos a nossa ação vigorosa no plano político-militar para expulsar as tropas colonialistas das posições que ainda ocupam nas nossas terras de Guiné e Cabo Verde.

Os quadros especializados do partido devem indicar 70 membros ao estudo e à solução desses problemas ao cumprir o seu dever para com o nosso povo. Em nome da direção do partido, felicito os nossos produtores agrícolas da Guiné pelas colheitas obtidas o ano passado, apesar da escassez de chuvas. Encorajo todos a fazer mais e melhor neste ano para garantir uma boa produção porque, como sabemos, essa é a base principal da nossa vida e da nossa luta, acuar os criminosos agressores colonialistas portugueses que tentam destruir por todas as formas, quando não podem roubar-nos os frutos do trabalho do nosso povo. Mas é com pesar que lembro aqui que neste momento ainda as populações de Cabo Verde são ameaçadas de fome. Isso por culpa dos colonialistas portugueses, que nunca souberam nem nunca quiseram criar no arquipélago o mínimo de condições econômicas e sociais para garantir a subsistência e uma vida decente às populações nos anos de secas prolongadas.

Forçado pelo avanço impetuoso da luta e pela denúncia feita pelo nosso partido perante a opinião mundial, o governo colonial fascista de Portugal tem conseguido empréstimos e subsídios a Cabo Verde para – dizem os colonialistas – debelar a crise. Quer dizer, para evitar que muita gente morra de fome ao mesmo tempo, mas sem evitar que os mais débeis, sobretudo as crianças, morram lentamente de fome específica ou mesma total. Levanto mais uma vez a minha voz, em nome da direção do nosso partido, para protestar contra uma tal situação e para



denunciar o crime que tem perpetrado o governo colonial fascista de Lisboa ao transferir para Portugal cerca de 15 a 20 mil jovens caboverdianos para o trabalho nas minas, para servirem de varredores nas cidades principais, para as funções de operários não qualificados, causando, assim, uma grande sangria nas forças vivas de Cabo Verde, no intuito de barrar caminho ao avanço de nossa luta libertadora. Apelo para os patriotas caboverdianos e guineenses residentes em Portugal a fim de que se unam cada dia mais e se organizem para, juntamente com todos os trabalhadores forçados e seus afins de Cabo Verde, desenvolver a sua ação patriótica ao serviço do partido, do nosso povo e da África. Para num momento oportuno darem os golpes devidos ao inimigo, fazendo, assim, voltar-se o feitiço contra o feiticeiro.

Chamo a atenção dos responsáveis pelo abastecimento das populações e, principalmente, os trabalhadores dos armazéns do povo, para o fato de que, neste ano, o partido disporá mais do que nunca de quantidades importantes de artigos de primeira necessidade, que devemos ser capazes de pôs à disposição das populações de todas as regiões libertadas, sejam quais forem as dificuldades que teremos de enfrentar. Na realidade, tanto dos países socialistas, nomeadamente da União Soviética, como da Suécia, Noruega e de outros países, ou de organizações humanitárias, recebemos uma ajuda que nos prometerá melhorar grandemente a ação dos armazéns do povo, assim como das instituições sanitárias e da educação. Espero que todos farão os esforços necessários para fazer de 1973 um ano de maior eficácia ainda ao abastecimento das nossas populações em artigos de primeira necessidade.

Como todos sabem, 1972 foi um ano de grandes e decisivas vitórias de nosso grande partido, de nosso povo, no plano internacional. Entre os principais êxitos alcançados, quero aqui lembrar apenas o seguinte: a visita, doravante histórica, da missão especial das Nações Unidas às regiões libertadas da nossa terra, a qual trouxe consequências importantes para o prestígio não só do nosso partido e da nossa luta, mas para todos os movimentos de libertação em África. Ao lembrar esse acontecimento, é que opressões colonialistas portuguesas quiseram opor-se com seus crimes mais bárbaros, saúdo nesse começo de novo ano, os povos do Equador, da Suécia, da Tunísia, do Senegal e do Japão, cujos filhos corajosos visitaram nossa terra, integrados na missão especial. Agradeço os governos respectivos por terem consentido que os seus representantes fizessem tal visita e o secretário geral das Nações Unidas pela maneira decidida como pôs em prática uma resolução histórica e transcendente da organização geral internacional.

A resolução do Comitê de Descolonização da ONU, na sua seção 2.072, pela qual o nosso partido foi reconhecido por aclamação como único, verdadeiro e legítimo representante do



povo da Guiné e Cabo Verde. As resoluções das assembléias gerais das Nações Unidas que, entre outras decisões importantes, confirma o reconhecimento do nosso partido como único e legítimo representante do nosso povo africano e pedem todos os Estados, governos, organizações nacionais e internacionais e os órgãos especiais da ONU para reforçarem a sua ajuda ao nosso partido e para tratarem sempre com ele – só com ele – todos os problemas relativos ao povo da Guiné e Cabo Verde. A resolução histórica do Conselho de Segurança, pela primeira vez sob a presidência de uma mulher, a nossa irmã e camarada guineense, Jeanne-Martin Ceci, adotou por unanimidade uma resolução que condena o colonialismo português e exige do governo de Portugal que cesse a guerra colonial em África e retire as suas tropas de ocupação e entre em negociações com as forças patrióticas respectivas sem tardar, forças essas que na nossa terra são representadas pelo nosso partido.

Pela primeira vez, a luta política e diplomática contra o colonialismo português, o nosso partido falou na ONU, com o estatuto de observador e os próprios aliados do governo colonial fascista de Portugal votaram em bloco contra ele. No seio do Conselho de Segurança das Nações Unidas, esta resolução tem e terá, pois, um caráter de primeira importância no desenvolvimento ulterior de nossa ação política e militar para expulsar da nossa terra os criminosos agressores colonialistas portugueses.

Por último, mas não menos importante, lembro-vos noções de solidariedade e de apoio incondicional e total adotadas pela Conferência dos Chefes de Estados dos Governos Africanos, em Rabat, na qual o nosso partido foi, mais uma vez, escolhido como porta-voz de todos os movimentos de libertação em África. O ano findo foi, de fato, um ano de grandes vitórias no plano internacional, tanto mais quanto é certo que temos hoje a certeza do apoio moral, político e, em alguns casos, material dos Estados africanos independentes, em primeiro lugar, dos países vizinhos e irmãos – as Repúblicas da Guiné e de Senegal –, assim como de todos os países e forças verdadeiramente anticolonialistas e antiracistas. Recebemos e vamos receber, neste ano, mais ajuda material da União Soviética e de todos os outros países socialistas, assim como da Suécia, da Noruega, da Dinamarca, da Finlândia, de diversos partidos e organismos políticos da Europa e de instituições humanitárias, como o Conselho Mundial das Igrejas, a *Rounded* na Inglaterra, o *Outlet Service*, o *Secours populaire français* da França, a Cruz Vermelha internacional e de vários comitês de apoio criados no mundo. Organismos subsidiados ou autônomos, como as Nações Unidas, como a Comissão Económica para a África, a UNESCO, a UNICEF, a Organização Mundial da Saúde, o Alto Comissariado para Refugiados e a Organização Social do



Trabalho desenvolvem e vão desenvolver, cada dia mais, a cooperação com o nosso partido e, amanhã, seguramente, com o nosso Estado.

Camaradas e compatriotas, compreendem todos, assim, porque é que o governo colonial fascista de Marcelo Caetano e o seu representante na nossa terra tenham razões bastantes para estarem desesperados e para, como gente sem escrúpulos que são, gente que despreza os direitos e interesses dos povos, inclusive a de seu próprio povo, lançarem mão de todos os meios, de todos os crimes para tentarem parar a nossa luta. E compreendem, assim, porque que os criminosos colonialistas portugueses que o seu chefe na nossa terra estão assanhados mais do que nunca. Intensificam os abordamentos e multiplicam os assaltos contra as nossas regiões libertadas. Fazem tudo para tentar reocupar algumas localidades nessas regiões a fim de se consolarem das derrotas militares, políticas e diplomáticas que lhes impingimos. A fim de verem se conseguem, com os novos crimes que estão a conter, desmoralizar as nossas forças e desmobilizar as nossas populações. São as derrotas que sofreram em 72, tanto na nossa terra como no plano africano internacional que explicam a agressão intensificada contra as nossas regiões libertadas, em particular contra a região de Conbucaré, que foi visitada em abril pela missão especial das Nações Unidas. O desespero do governo colonial fascista de Portugal é tanto mais compreensível quanto é certo que faliu completamente a chamada política de “Guiné-Melhor”, e sinto que também vai falir a mentira da política de um “Cabo Verde Melhor”. Em relação à Guiné, é o próprio governo colonial fascista de Lisboa que, pela voz do chefe dos criminosos agressores colonialistas, confessa essa falência, quando afirma que o que quer o homem africano é ter, e nós citamos, “a sua própria expressão política e social”. É isso, exatamente, o que quer o homem africano de Guiné-Bissau e Cabo Verde, mas nós chamamos a isso independência, quer dizer, a soberania total do nosso povo, no plano nacional e internacional, para construir ele mesmo, na paz e na dignidade, a custa dos seus próprios esforços e sacrifícios, marchando com os seus próprios pés e guiado pela sua própria cabeça, o progresso que tem direito, como todos os povos do mundo. E isso é em cooperação com outros povos, incluindo o povo de Portugal, o qual, em três guerras de libertação contra Castela ou Espanha lutou para conquistar a sua própria expressão política e social, a sua independência, e venceu. Nós, como outros povos que lutaram e venceram, continuaremos em luta sob todas as formas, o tempo que seja necessário, porque estamos na nossa terra e porque temos a certeza de vencer.

Acontece, ainda, como vocês sabem, que enquanto as populações dos centros urbanos ocupados por colonialistas se interessam, cada dia mais, pelo partido e pela luta, como prova o grande número de jovens que tem abandonado Bissau e outras praças para se juntarem às frentes



de combate, a situação em Portugal se degrada aceleradamente. E o povo português afirma, cada vez com maior vigor, a sua oposição à criminoso guerra colonial. Por isso, o governo colonial fascista de Lisboa e os seus agentes na nossa terra estão apressados em ver se conseguem mudar a situação, antes que fiquem completamente perdidos na sua própria terra também. Mas perdem o seu tempo e fazem perder em vão e sem glória as vidas dos jovens portugueses que mandam para a guerra, como terão ainda mais crimes contra a nossa população. Foram, ainda, muitas tentativas de manobra para tentar destruir o nosso partido e a luta. Farão certamente, ainda, vários atos de agressão desavergonhada contra os países vizinhos, mas tudo em vão, porque nenhum crime, nenhuma força, nenhuma manobra, demagogia dos criminosos agressores colonialistas portugueses será capaz de parar a marcha da História, a marcha irreversível do nosso povo africano de Guiné e Cabo Verde para a independência, a paz e o progresso verdadeiro a que tem direito.

Avante, camaradas e compatriotas na nossa luta heróica de libertação nacional! Saúde, longa vida e êxitos cada vez maiores ao nosso povo africano, aos nossos corajosos combatentes, a todos os militantes responsáveis e dirigentes do nosso grande partido! Vamos proclamar a existência do nosso Estado na Guiné e avançar com a luta gloriosa do nosso povo em Cabo Verde! Vamos expulsar os colonialistas tugas do Cobucaré, assim como de todas as regiões de nossa terra! Viva o PAIGC, força, luz e guia do nosso povo da Guiné e Cabo Verde! Morte aos criminosos agressores colonialistas portugueses!